

Sociedade Anônima de Capital Aberto  
 Certificado GEMEC/RCA 200-75/109  
 CNPJ nº 17.155.730/0001-64  
 Av. Barbacena, 1.200 - 30123-970  
 Belo Horizonte - MG



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Seguindo firme no propósito de melhorar a qualidade de seu crédito, a Cemig amortizou um volume expressivo de dívida em 2019. Foram R\$ 4.173 milhões de dívida amortizados na Cemig D e R\$ 610 milhões amortizados na Cemig GT.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos ratings da Cemig, Cemig GT e Cemig D, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de LAJIDA, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo. Em 2019, a Moody's elevou o rating da Cemig na escala nacional de Baa2 para Baa1 mantendo o da escala global em B1, ambos com perspectiva positiva, sendo que a Fitch elevou o rating da Cemig em dois notches na escala nacional e um notch na escala global.

A tabela a seguir apresenta a posição de rating da Cemig nas três principais agências:

Agências de classificação de risco			
<b>FitchRatings</b>	A+(bra) BB-	Cemig H, Cemig GT e Cemig D Cemig H, Cemig GT e Cemig D	Escala Nacional Escala Global
<b>STANDARD &amp; POOR'S</b>	brA+ B	Cemig H, Cemig GT e Cemig D Cemig H, Cemig GT e Cemig D	Escala Nacional Escala Global
<b>Moodys</b>	Baa1.br B1	Cemig H, Cemig GT e Cemig D Cemig H, Cemig GT e Cemig D	Escala Nacional Escala Global

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 24 das demonstrações financeiras.

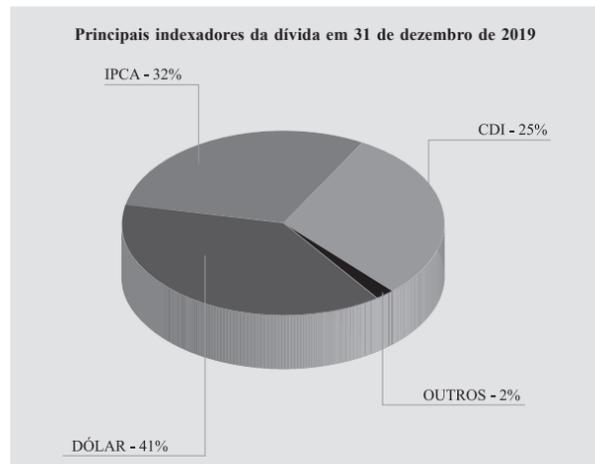
Tanto os eurobonds quanto as debêntures contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da Cemig D e da Cemig GT. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses covenants financeiros.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$14.776 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,9 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao CDI, bem como de dívida em moeda estrangeira, que por sua vez, possui operação de hedge em CDI para proteção da emissão de Eurobonds da Cemig GT contra a variação cambial. O custo médio da dívida da Companhia é de 2,67% a.a. a preços constantes e de 7,07% a.a. em custo nominal.



AMBIENTE REGULATÓRIO

Nossas operações são altamente reguladas e supervisionadas pelo Governo Federal, por meio do MME, da Aneel, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e de outras autoridades regulatórias. O MME, a Aneel e o ONS têm autoridade discricionária para implementar e alterar políticas, interpretações e regras aplicáveis a diferentes aspectos de nosso negócio, particularmente operações, manutenção, saúde e segurança, compensação e inspeção.

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor energético brasileiro. Essa estrutura regulatória vem sofrendo diversas alterações nos últimos anos, sendo as modificações mais recentes inseridas via Medida

Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/13, que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995.

Geração de Energia Elétrica

Em 2019, foi observado mais um ano de baixa hidrologia na região Sudeste. A ENA (Energia Natural Afluente) média do ano ficou abaixo de 80% da média histórica, contra 90% em 2018. A longa sequência de baixas hidrologias tem mantido os reservatórios do Sudeste em níveis inferiores a 60% ao final do período úmido, o que historicamente são baixos volumes. Durante o período seco, houve um rápido deplecionamento que levou os reservatórios do Sudeste a valores próximos dos mínimos históricos.

O PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste em 2019 foi R\$ 227,10/MWh, cerca de 20% abaixo do PLD médio de 2018. Apesar da piora na hidrologia e armazenamento ao longo do ano na região Sudeste, os excedentes de geração da região Norte no primeiro semestre e da região Nordeste no segundo semestre contribuíram para manter o preço mais baixo. Desta forma, o GSF (Generation Scaling Factor) apresentou um melhor comportamento em 2019 quando comparado com 2018, ficando com o valor médio de 0,91 em 2019 contra 0,84 em 2018.

Distribuição de Energia Elétrica

Reajuste Tarifário Anual - Cemig D

Ocorre reajuste tarifário anualmente e revisão tarifária a cada cinco anos, ambos no mês de maio, conforme estabelecido em contrato. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de price-cap.

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão; e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior.

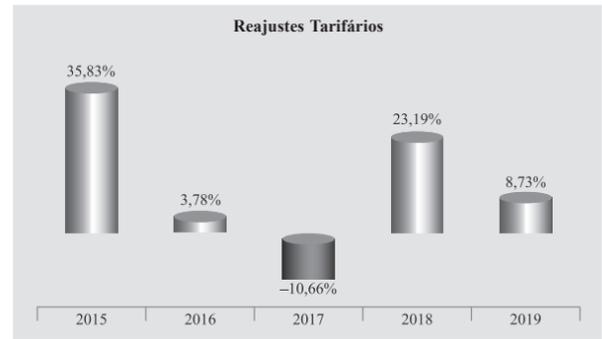
O aumento para o consumidor residencial foi de 7,07%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido foi de 10,71%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de 7,89%.

Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 21,95% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 78,05% são repassados para cobrir a compra da energia (28,68%), encargos setoriais (12,84%), custo de transmissão (5,69%) e receitas irrecuperáveis (0,43%), chamado de Parcela A, além dos tributos representados pelo ICMS (24,36%) e PIS/Pasep e Cofins (6,05%). Conforme determina a Constituição Federal, a Cemig D é obrigada a realizar a cobrança de tributos diretamente na conta do consumidor e repassá-los às autoridades competentes.

Também é cobrada a contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), cujos valores são definidos pelas prefeituras. A Cemig D apenas arrecada a taxa de ilumi-

nação pública e repassa para o município, que é o responsável pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig D, mais de 687 mil consumidores são rurais e cerca de 577 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.



Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 306 mil clientes em 2019, o que representa um aumento de 39,09% em relação ao ano de 2018 (220 mil clientes). Essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

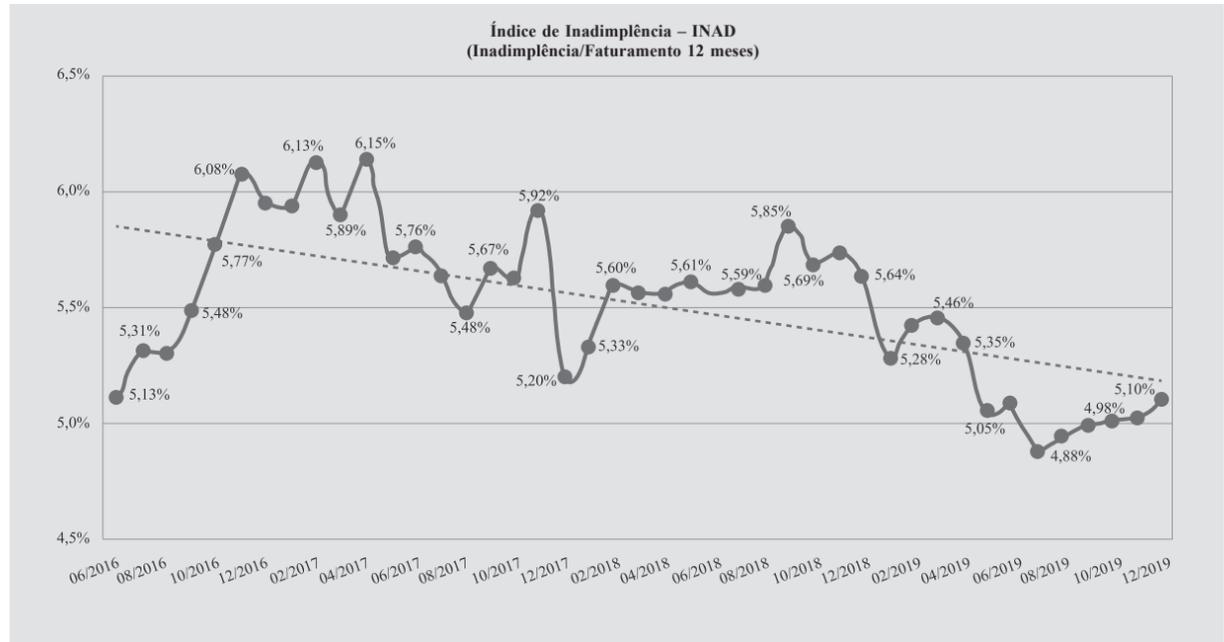
Temos hoje 94% dos clientes de média tensão teledivididos, o equivalente a 12.540 instalações.

Gestão da adimplência e arrecadação

A Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para inibir o aumento da inadimplência. Entre as medidas adotadas, estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS, carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e o corte no fornecimento de energia. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia realizou mais de 1 milhão de interrupções de fornecimento (corte) nas diversas classes de consumo.

Em paralelo, foram ainda oferecidas aos seus clientes a oportunidade de regularização dos débitos, lançando uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação ("Você em dia com a Cemig") e por meio da "Semana de conciliação no Tribunal de Justiça de Minas".

Com relação às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, destaca-se a redução no volume de perdas em 2019, R\$ 199 milhões frente aos R\$ 271 milhões registrado em 2018.



Para 2020 está prevista a implementação efetiva de novas ferramentas de cobrança:

- plataforma tecnológica de solução de conflitos extrajudiciais para negociação de débitos;
- protesto de títulos de dívida em cartório;
- contratação de uma empresa parceira especializada em cobrança de débitos complexos.

Com a intensificação da aplicação das ferramentas de cobrança de débitos, a empresa está confiante na tendência de redução dos índices de inadimplência para os próximos anos.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição - IPTD em 2019 foi de 13,57% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando um acréscimo de 0,75 pontos percentuais em relação ao resultado de 2018, de 12,82%. O IPTD de 2019 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 4,80% de perdas não técnicas e este resultado está acima da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D no ciclo tarifário vigente (2018 a 2022), que em 2019 é de 11,49% e no final de 2022 será de 11,23%.

Destaca-se a melhoria obtida pela Cemig na cobertura regulatória de perdas técnicas, que são as perdas relativas ao processo de transporte e transformação de energia ao longo dos equipamentos e linhas de transmissão e distribuição. A cobertura aumentou de 7,84% no 4º ciclo tarifário (2013 a maio de 2018) para 8,77% no 5º ciclo tarifário (2018 a 2023) o que representa um expressivo aumento na receita financeira, da ordem de R\$90 milhões anuais.

A redução nas perdas técnicas tem sido proporcionada a partir da implantação de diversas obras de reforço do sistema elétrico em alta, média e baixa tensão.

As perdas não técnicas correspondem à energia consumida e não faturada devido a fraudes, ligações clandestinas, deficiência em medição, erros de cadastro dentre outros, e são normalmente expressas em relação ao mercado faturado de baixa tensão (base adotada pela Aneel). O resultado em 2019 para as perdas não técnicas foi de 12,48% (acréscimo de 0,83% em relação ao resultado de 2018 - 11,65%), considerando uma meta regulatória de 7,04%.

